

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.794 - SC
(2018/0331292-5)**

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : CASSOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADOS : LUIZ HENRIQUE CABANELLOS SCHUH - RS018673
FABIANA JACQUES VASCONCELOS - RS055043
JOICE DA SILVEIRA SCHILING - RS077760
GABRIEL LOPES MOREIRA - SC020623A
LUIZA DIAS TEIXEIRA - RS099988

EMENTA

TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. VALOR ADUANEIRO. DESPESAS DE CAPATAZIA. INCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DAS DUAS TURMAS QUE COMPÕEM A PRIMEIRA SEÇÃO. MULTA. CABIMENTO.

1. O STJ entende que *"não se incluem no chamado 'valor aduaneiro', base de cálculo do imposto de importação, os valores despendidos com capatazia"* (**AgInt no REsp 1.585.854/SC**, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 07/08/2018).
2. Precedentes: **REsp 1.734.773/RS**, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 26/09/2018; e **AgInt no REsp 1.690.593/SC**, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 09/04/2018.
3. Tendo em vista que aviado agravo interno contra decisão que se amparou no posicionamento tranquilo de ambas as Turmas da Seção de Direito Público desta Corte Superior sobre o tema em debate, é de se reconhecer a manifesta improcedência do agravo, sendo, pois, aplicável a multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015.
4. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, com aplicação de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa (Presidente), Gurgel de Faria, Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

